

NOTAS BREVES SOBRE A DERRISÃO NO GÊNERO DISCURSIVO FOTOGRAFIA²³

Roberto Leiser Baronas (UNEMAT)**

O que pode a câmara fotográfica? Não pode nada. Conta só o que viu. Não pode mudar o que viu. Não tem responsabilidade no que viu. A câmara, entretanto, ajuda a ver e rever, a multi-ver o real nu, cru, triste, sujo. Desvenda, espalha, universaliza. A imagem que ela captou e distribui, obriga a sentir, a, criticamente, julgar, a querer bem ou a protestar, a desejar mudança. (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO: Neste artigo, com base no conceito de memória discursiva e de derrisão, analisamos o modo como o discurso jornalístico impresso, sob a ideologia da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade, ao noticiar determinados acontecimentos políticos, configurando-os como fatos verídicos por intermédio do uso de fotografias, embalsama a sua interpretação, protegendo-a do questionamento. Para tanto, elegemos como textos-objeto fotografias e charges, todas se referindo ao encontro do então candidato Luis Inácio da Silva

com militares do Exército Brasileiro, veiculadas pela mídia impressa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: derrisão, mídia, imprensa, texto imagético.

ABSTRACT: In this article, based on the concept of discursive memory, we have analyzed the ways the print journalistic discourse, under the ideology of neutrality, impartiality, and objectivity announcing particular political events and configuring them as true facts by the use of photographs, embalms its interpretation by protecting it from being questioned. In order to carry on the analysis, we have selected as the object of the study photos and editorial cartoons, all of them concerning the meeting between the presidential candidate at that time Luis Inácio da Silva and the Brazilian Army officers divulged by the Brazilian press.

KEYWORDS: derision, media, press, imagistic text.

Na atualidade, uma das práticas discursivas mais recorrentes nos mais diversos suportes midiáticos é a de que comunicar é transmitir imparcialmente informações. Pensamos que dentre as condições históricas que possibilitaram a irrupção, a germinação e o desenvolvimento desse discurso esteja a vulgata da teoria da comunicação de Roman Jakobson, que parte do princípio de que para haver um ato comunicativo é necessário que intervenham seis fatores: o **emissor** (aquele que produz a mensagem); o **receptor** (aquele a quem a mensagem é transmitida); a **mensagem** (materialidade verbal e/ou visual que veicula um conjunto de informações); o **código** (um conjunto de regularidades verbais e/ou visuais que permitem materializar uma mensagem); o **canal** (conjunto de meios sensoriais ou materiais pelos quais a mensagem é transmitida) e o **referente** (situação a que a mensagem remete). Tem-se aqui entre emissor e receptor uma relação simétrica, pois cabe a eles simplesmente produzir, receber e compreender a mensagem.

Entretanto, como diz Michel Pêcheux (1969: 25-6), essa concepção de linguagem se constitui numa ideologia cuja finalidade nas ciências humanas e sociais (formações discursivas nas quais ela é dominante) é justamente ocultar a sua relação com a prática política, obscurecer essa ligação e, ao mesmo

tempo, colocar essas ciências na contigüidade das ciências naturais. Embora os animais não possuam uma comunicação nos moldes das linguagens humanas, eles se comunicam. Desse modo, essa concepção de linguagem como mera troca de mensagens nos conduz a conceber o homem e as sociedades humanas com base nos mesmos princípios dos animais e das sociedades dos animais. Com isso, apagam-se as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção, ou seja, é como se na nossa sociedade não existisse o lugar do patrão, o do empregado, o do dominante e o do dominado e ambos estivessem numa relação simétrica tanto discursiva quanto socialmente.

Desse ponto de vista, comunicar-se não é, pois, uma simples troca de informações, mas um “efeito de sentido entre locutores”. Discursos que (re)organizam a realidade com base em determinados pontos de vista, isto é, são interpretações do real produzidas por um sujeito num determinado momento histórico. Em outras palavras, diríamos que eles não se constituem meramente como tradução de dados da realidade, mas principalmente “no poder do qual queremos nos apoderar”.

Com efeito, “por mais que aparentemente o discurso seja bem pouca coisa”, estamos o tempo todo lutando pelo direito de produzir de sentidos. O discurso “serve para comunicar e para não-comunicar” (Pêcheux), pois é a um só tempo um objeto simbólico e político. Simbólico no sentido de que ele não é uma etiqueta que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexistem à significação e político no sentido de que é uma luta pelo poder, “afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa.” (Machado, 1999).

Desse modo, ousadamente tentando colocar em prática o enunciado e, com base no conceito de memória discursiva (Courtine²⁴, 1981) e de derrisão (Bonnafous²⁵, 2002), analisaremos o modo como o discurso jornalístico impresso, sob a ideologia da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade, ao noticiar determinados acontecimentos políticos, configurando-os como fatos verídicos por intermédio do uso de fotografias, embalsama a sua interpretação, protegendo-a do questionamento. Para tanto, elegemos como textos-objeto as

fotografias e a charge abaixo, todas se referindo ao encontro do então candidato Luis Inácio da Silva com militares do Exército Brasileiro, no dia 12 de setembro passado. A primeira circulou na *Folha Online - Galeria de Imagens*, no dia 14 de setembro, a segunda circulou na primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo*²⁶, também no dia 14, como uma das manchetes de capa. A terceira, por sua vez, circulou na edição da Revista *Veja*²⁷ do dia 25 de setembro passado.

[* Não foi encontrado um filtro para a operação pedida. | incorporado *]

Ao observarmos rapidamente essas três imagens²⁸, constatamos que, se por um lado há entre elas algumas semelhanças: por exemplo, ambas têm como protagonista o então candidato Luis Inácio da Silva; referem-se ao mesmo acontecimento/evento político; por outro, há muito mais diferenças, uma vez que a primeira pertence ao gênero textual charge e, por essa razão, se constitui numa representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza e/ou se contesta um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento público – no caso em análise, encontro de Lula com os militares. Desse modo, é o próprio gênero que autoriza uma interpretação satírica e/ou contestatória do objeto dado a ler pela charge. A charge, de certa forma, possibilita que o suporte midiático fuja do policiamento imposto pela legislação e pela ordem do politicamente correto no tocante à utilização de ridicularizações e/ou contestações como forma de desqualificação do outro.

O sentido irônico dessa charge se efetiva justamente porque Lula foi historicamente um dos maiores combatentes da Ditadura Militar, implantada no Brasil em abril de 1964. Há que se ressaltar que o efeito de escárnio se intensifica ainda mais com o texto verbal *Lula elogia regime militar...* Reticências que abrem um caminho, uma regulação do sentido a ser seguida para o preenchimento da lacunaridade do sentido, deixada por esse tipo de gesto de pontuação. Vazio que é completado com o restante do texto visual: Lula fardado e com seis estrelas do Partido dos Trabalhadores em forma de divisas que remetem a uma alta patente do exército, talvez a mais alta. Assim, poderíamos dizer que no amálgama do texto verbal com o texto visual teríamos a seguinte interpretação: *Lula elogia o regime militar ... desde que seja o comandante supremo*. Poderíamos dizer ainda que essa charge por extensão caricatural associa a figura de Lula à de Fidel Castro. Deslizamento este não sem fundamento, visto que desde que Lula irrompeu no cenário nacional como um grande líder sindical, construiu-se um domínio de memória atrelando sua imagem a dos comunistas.

A segunda e a terceira por sua vez pertencem ao gênero textual fotografia que, no entender de Barthes em *A câmara clara*, “sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um no outro, membro por membro, como o condenado acorrentado a um cadáver em certos suplícios; ou ainda semelhantes a esses pares de peixes ... que navegam de conserva, como que unidos por um coito eterno”. Dito de outro modo, a fotografia não teria como escapar de uma espécie de representação objetiva, cópia fiel do real. Nos termos de Barthes, ela seria “um fenômeno de redundância”.

Na verdade, ela se dá a ler como um “certificado de presença”. Daí o seu valor legal e legítimo na nossa sociedade como um documento-monumento que atesta a veracidade ou a autenticidade de alguma coisa ou fato. Talvez pudéssemos dizer que a fotografia, tal qual os enunciados que constituem as Ciências da Natureza, é a tentativa mais bem acabada de desambigüização dos sentidos, uma vez que ela não permitiria a reconfiguração, a interpretação do que foi apreendido pela câmera.

Poderíamos sumariar o anteriormente exposto dizendo que, enquanto gênero textual charge se dá a ler como uma representação zombeteira e/ou contestatória do real, o gênero textual fotografia se impõe a ler como uma reprodução séria, espelhada, identitária, ressonante do real. Mais do que qualquer outro gênero textual, por se representar como eminentemente arbitrária, a foto nos forneceria uma conduta inquestionável de leitura. Contudo, pensamos que o funcionamento discursivo desses dois gêneros em nossa sociedade não seja tão simples assim, pois tanto um como o outro são signos imagéticos convencionalmente produzidos em nossa sociedade. Desse modo, nos termos de Pêcheux, (1997: 53)

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-

sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.

Charge e fotografia são reconfigurações do real, produzidas a partir de determinadas filiações ideológicas que deixam pontos de deriva suscetíveis de interpretação. Assim, antes de serem manifestações neutras de linguagem, tal como os suportes midiáticos asseveram, esses dois gêneros são práticas interpretativas, disputando acirradamente o controle dos sentidos. Trata-se de uma luta que pode manter uma relação de aliança ou de recusa com certos sentidos, cristalizando-os ou refutando-os. Nessa busca pela dominância dos sentidos, inúmeras armas são utilizadas: o efeito de desautorização da fala do outro, o efeito de desqualificação, o de apagamento de vozes etc.

Talvez um dos mais antigos recursos enunciativos, advindo da época clássica, e ainda bastante utilizado atualmente, principalmente no discurso político, seja o da desqualificação do oponente por meio da zombaria. Essa técnica de oratória é conhecida pelos retóricos clássicos como tropos zombeteiro, meios lingüísticos, cuja finalidade é justamente diminuir o adversário suscitando o riso num determinado auditório. Mais modernamente, o tropos zombeteiro, despido de seu característico psicologizante, foi reelaborado, passando a ser concebido pelos teóricos do discurso como derrisão²⁹: uma estratégia argumentativa que não se reduz ao riso. Trata-se de uma “associação do humor e da agressão que a caracteriza e a distingue, em princípio da pura injúria” (Bonnafous, 2002), isto é, uma espécie de “amabilidade verbal” violenta que por produzir o riso foge de sanções negativas da legislação e, principalmente da opinião pública.

Na verdade, a derrisão pode ser concebida como um gênero textual, cuja temática centra-se em questionar por meio da sátira a ordem estabelecida e/ou os valores largamente cristalizados em nossa sociedade. Tal questionamento tem como alvo preferido as mais diferentes autoridades sociais e se impõe a ler sob diferentes facetas: nas charges, nas caricaturas, nos pastiches, nas piadas, nos jogos de palavras etc.

Acredito que esse conceito possa ser estendido também para o gênero textual fotografia, um gênero ainda não estudado

sistematicamente sob o ângulo da derrisão. Obviamente que não a todas, mas a uma parte considerável delas, principalmente àquelas que produzem no leitor um efeito cômico. Penso que as fotografias em análise se constituem em belos exemplos do que estamos enunciando. Para comprovar isso, basta olharmos com um pouco mais de acuidade a maneira como os dedos das mãos do candidato Lula estão dispostos e, também o emblema das Forças Armadas do Brasil, logo acima da cabeça do candidato. Não precisamos recorrer à semiótica quer seja greimasiana ou pierciana para compreendermos o que os gestos e o emblema logo acima da cabeça significam na nossa cultura. Temos aqui evidenciado como a mídia jornalística, por meio de uma fotografia e não de uma charge, ou de uma piada, produz uma clara desqualificação/diabolização do então candidato Luís Inácio da Silva.

A segunda fotografia nos mostra que Lula está sendo significado de uma outra maneira. Passado o primeiro turno das eleições, com a vitória parcial de Luís Inácio da Silva, há uma mudança na maneira de a mídia ressignificá-lo. Se antes ele era diabolizado, agora ele passa a ser desqualificado em forma de anjo. Trata-se de uma angelização que de certa forma já vinha sendo gestada desde o sufrágio eleitoral de 2000, quando foram eleitos diversos prefeitos de importantes cidades brasileiras pelo Partido dos Trabalhadores. O enunciado *O PT já não assusta mais*, veiculado recentemente como manchete de capa na Revista *Veja*, ilustra bem o anteriormente dito.

Contudo diferentemente da charge, ou da piada em que o próprio gênero autoriza a contestação ou ridicularização do adversário e/ou contestação de um fato, por exemplo, a fotografia derrisória constrói em torno de si uma bolha ideológica auto-protetora que impede uma leitura satírica e/ou contestatória. Ou seja, ela não permite o diálogo, a réplica, pois “ela não tem alhures; não podemos aplicar-lhe uma transformação negativa ou interrogativa”. Caso isso se dê, a responsabilidade pela interpretação recai única e tão somente sobre o interpretante: é ele quem estaria vendo e não a fotografia que está mostrando. Escondida sob a máscara da ilusão especular da realidade, ela regula a interpretação, pois se apresenta como evidência e, nos termos de Michel Pêcheux, como um “enunciado logicamente estabilizado”.

Entretanto, como furar essa bolha ideológica e produzir uma abertura interpretativa na fotografia derrisória? Acredito que um esboço de resposta possa ser buscado no conceito de memória discursiva, desenvolvido por Courtine (1981), a partir da leitura de *A arqueologia do saber* de Michel Foucault. O que Jean-Jacques Courtine entende pelo termo “memória discursiva” é algo distinto de qualquer memorização psicológica do tipo reservatório de informações. A noção de memória discursiva concerne à *existência histórica do enunciado* no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. Ela visa o que Foucault (1993: 71) destaca a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, de falas que os representam, os transformam ou falam deles, em poucas palavras, os discursos que indefinidamente, além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer”.

Penso que o mesmo possa valer para o gênero discursivo fotografia derrisória, a propósito do qual a existência de uma memória discursiva remete a discursos outros que, no caso em análise, vêm na mídia ressignificando Lula desde a sua irrupção no cenário nacional. De quais discursos nos lembramos? Como nos lembramos desses discursos? Na luta pela dominância dos sentidos, o que convém e o que não convém que a mídia diga a partir de uma posição numa conjuntura dada a respeito de Lula? Nos termos de Courtine, “como o trabalho de uma memória coletiva permite, no seio de uma formação discursiva, a retomada, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são os enunciados?”

Penso que seja possível verificar na materialidade das fotografias em análise todo um conjunto de discursos que significam negativamente Lula. Esses discursos são constituídos por uma série de tecidos de índices lisíveis, constituindo um corpo sócio - histórico de traços. Ou seja, são esses pequenos índices, traços, inscritos na ordem do discurso e não da língua - disposição dos dedos das mãos, o emblema acima da cabeça e depois nas costas do então candidato, por exemplo - que carregam consigo toda uma constelação de discursos já proferidos, atualizando uma memória discursiva negativa sobre Lula.

À guisa de conclusão, diríamos que a mídia, “por sua dimensão emocional e espetacular”, nos termos de Bonnafous,

desenvolve sutis mecanismos de interdição de sentidos, embalando as várias possibilidades de interpretação de um determinado gênero discursivo. Não estamos querendo panfletar, mas evidenciar, como diz Pêcheux, o risco da perenização de *um policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica*. Tal conclusão deveria significar que a prática de leitura na escola necessita levar em conta o fato de que os textos veiculados pela mídia atualmente são multimodais e, principalmente, multissemióticos. Assim, construir estratégias para que o ler seja algo mais do que viajar a bordo do sentido verbal único.

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão. In: GREGOLIN, M. R., *Mídia & política: a cultura como espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2003.
- COURTINE, JEAN-JACQUES. Os deslizamentos do espetáculo político In: GREGOLIN, M. R., *Mídia & política: a cultura como espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2003.
- COURTINE, JEAN-JACQUES. Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos. Revista *Langages* 62. 1981. (Tradução provisória Sírio Possenti, circulação restrita)
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MALDIDIER, Denise. *L'inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux*. Editions des Cendres, 1990. (Tradução provisória Maria do Rosário Gregolin, circulação restrita).

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, ENI. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.